A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL

CARLA FELIX ANDRADE SETANI

RESUMO

A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre a compreensão do processo de letramento como prática social, tratando do conceito e especificidades desse processo educacional. O texto tem como proposta analisar como o letramento se desenvolve por meio da participação em diversas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, como ler um livro, escrever um e-mail, participar de uma conversa on-line ou interpretar um gráfico. Acredita-se que o letramento constitui-se em um instrumento para melhores resultados na formação das crianças que saem das séries iniciais. O letramento como prática social nos convida a repensar a forma como ensinamos a ler e a escrever. Ao valorizar as experiências e os conhecimentos prévios das criançss, ao promover a interação social e ao estimular a criticidade, podemos formar leitores e escritores mais autônomos e críticos.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; letramento; educação.

ABSTRACT

The present research proposes a reflection on the understanding of the literacy process as a social practice, dealing with the concept and specificities of this educational process. The text aims to analyze how literacy develops through participation in various social practices that involve reading and writing, such as reading a book, writing an e-mail, participating in an online conversation or interpreting a graphic. It is believed that literacy is an instrument for better results in the education of children who leave the initial grades. Literacy as a social practice invites us to rethink the way we teach reading and writing. By valuing children's experiences and previous knowledge, by promoting social interaction and by stimulating criticality, we can form more autonomous and critical readers and writers.

KEY-WORDS: Literacy; literacy; education.

INTRODUÇÃO

Antigamente, estar alfabetizado reduzia-se a ler e escrever o próprio nome. Mas, atualmente, com as constantes transformações, consideramos necessário à alfabetização não apenas em caráter de decodificação de palavras, desejamos a leitura de mundo, compreendendo, interpretando, utilizando em plenitude esse processo em nossa comunicação.

Em virtude dessa complexidade no processo de alfabetização contemporâneo e suas consequências nos âmbitos sociais, culturais, cognitivos e na inserção social letrada, surgiu a necessidade de utilizar um termo diferente, inovador: Letramento.

Para Soares, “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. (2001, p.18).

Na escola precisamos ensinar com leituras e produções reais, significativas, assim como ouvimos para falar, devemos cumprir essa relação entre escrever para ser lido e ler para escrever melhor, utilizando a função prática da linguagem em nossa sociedade.

A concepção trazida nessa pesquisa, nos remete a uma reflexão sobre a mediação realizada na escola, que precisa ser sistemática, relacionada com as vivências dos educandos nos contextos que estão inseridos. A nossa realidade, infelizmente, tolera o processo mecânico de leitura e escrita. Uma aprendizagem qualitativa exige que saibamos ler e escrever exercendo as funções sociais, com um olhar crítico, um pensamento reflexivo.

Após as reflexões dispostas, podemos identificar que um sujeito letrado é aquele que usa socialmente as práticas letradas em seu convívio, conforme as demandas e necessidades que vivencia. É aquele que se apropria desse mecanismo e o utiliza em seu cotidiano, para orientar-se de maneira autônoma.

Por fim, o letramento, quando compreendido como prática social, transcende a mera decodificação de códigos escritos. Ele se in-

sere em um contexto mais amplo, permeado por relações sociais, culturais e históricas. É um processo dinâmico e contínuo de construção de significados, que se desenvolve ao longo da vida do indivíduo e está intrinsecamente ligado às práticas sociais nas quais ele participa.

O LETRAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL

Em todas as sociedades letradas, os que têm acesso à escrita podem desenvolver quatro habilidades no uso da língua: falar e escrever, ouvir e ler. Ao enfocarmos a língua materna sob a óptica da leitura e da escrita nos dias de hoje, nos mostra que, para as sociedades do mundo inteiro, ser alfabetizado, isto é, saber ler e escrever tem se revelado condição insuficiente para responder adequadamente às demandas contemporâneas.

É preciso ir além da simples aquisição do código escrito e de sua leitura, é necessário apropriar-se da função social dessas duas práticas; ou seja, letrar-se; que se saliente, portanto, a condição daqueles que se utilizam, de fato, das competências de leitura e de escrita participando de eventos e relações sociais organizados em maior ou menor grau.

Diferentemente do termo "alfabetização", "letramento" não designa o processo individual de apropriação da leitura e da escrita, ao contrário, o termo enfatiza seus resultados e consequências e não se restringe somente aos indivíduos, mas abrange também grupos e sociedades.

O certo é que ler e escrever são atualmente duas práticas sociais básicas em todas as sociedades letradas, independentemente do tempo médio com elas despendido e do contingente de pessoas que as praticam. O domínio dessas habilidades demonstra ter dois tipos de aplicação na vida das pessoas. Em primeiro lugar, propicia instrumentos para que os indivíduos enfrentem demandas específicas do sistema urbano moderno (movimentação na cidade grande, manejo de documentos e instituições burocráticas, trabalho em empregos de organizações complexas, etc.), pois podem ler os nomes de ônibus e ruas, fazer testes de admissão a empregos, lidar com relógio de ponto, preencher formulários, entre outros.

A capacidade de lidar com estas tarefas significa mais do que ser capaz de resolver problemas específicos; pressupõe a possibilidade de interagir com os estímulos normais do mundo letrado, o que faz com que os indivíduos possam mover-se à vontade no âmbito dos códigos dominantes do meio.

O segundo tipo de aplicação dos usos da leitura e da escrita refere-se à possibilidade das pessoas, efetivamente, lerem e escreverem qualquer coisa que queiram, isto é, de realmente exercerem o potencial letrado que possuem e de usufruírem desse instrumento adquirido. A professora Magda Soares (2001, p. 17) nos fala de um dos significados de letramento citando o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa: "... remete ainda para o verbo "letrar a que como transitivo direto, atribui a acepção de „investigar, soletrando e, como pronominal "letrar-se , a acepção de „adquirir letras ou conhecimentos literários". São duas significações distintas, a primeira nos remete ao sentido de que as práticas de leitura e de escrita são baseadas na procura, na curiosidade e no interesse do falante que é estimulado a adquiri-las através da substituição das tradicionais e artificiais cartilhas de alfabetização por livros, revistas, jornais, pela adoção de textos de diversas modalidades e de variadas funções sociais.

Segundo Weisz, (2000, p.62) "o ensinar a língua escrita em contextos letrados, a função do professor é observar a ação das crianças, acolher ou problematizar suas produções, intervindo sempre que achar que pode fazer a reflexão dos alunos sobre a escrita avançar". As práticas de letramento devem ocorrer de forma reflexiva a partir da apresentação de situações problemas, em que, as crianças revelem espontaneamente as suas hipóteses e sejam levados a pensar sobre a escrita, participar, ler e escrever com função social, utilizar textos significativos, interagir com a escrita, utilizar textos reais, que circulam na sociedade, utilizar a leitura e a escrita como forma de interação.

Como exemplo, o educador pode motivar pela curiosidade, usando recursos nos moldes dos anúncios de filmes, de novelas, de propagandas; criar discussões sobre o tema

para entusiasmar a turma e mobilizá-la. De acordo com o texto a ser analisado, ele deve fornecer informações de caráter histórico ou científico, que não fazem parte da vivência do aluno e que poderiam impedi-lo de enxergar com maior clareza e acuidade a proposta de trabalho.

Em um segundo momento, organizar atividades com o texto elaborando um roteiro que seja capaz de levar o aluno a compreendê-lo em toda a sua extensão, a refletir sobre cada elemento que compõe a sua estrutura, a perceber a importância dos pormenores e até posicionar-se de maneira crítica diante dele. E por último, atividades nas quais não se trabalha o texto, mas a partir dele. São as mostras do trabalho: passeios, dramatizações, campanhas, entrevistas, etc. São inúmeras possibilidades de exploração daquilo que se aprendeu lendo. Devem ser, na medida do possível, interdisciplinares, agradáveis à mente e aos olhos.

Toda a atividade precisa ter uma boa organização para que atinja seu objetivo e auxilie na complementação dos estudos propostos pelo professor, levando os educandos a refletirem e compreenderem a natureza e os modos de construção das palavras, além disso, os textos servem de boas referências de escrita, tanto no estilo quanto às diversas funções a eles atribuídos, portanto, o aluno se apropria de variadas formas de expressão e representação, e passa a utilizá-las como instrumento de intervenção na realidade, transportando o exercício da leitura e da escrita para o dia-a-dia.

O ensino da língua materna, nessa perspectiva, não conduz o leitor à condição de mero decodificador de palavras e frases, e o escritor a um mero reprodutor de estruturas modelares de textos. O professor oferece aos seus alunos a leitura de mundo que precede a leitura da palavra; a conviver, experimentar e dominar as práticas de leitura e de escrita que circulam em nossa sociedade tão centradas na escrita quando a linguagem e a realidade se prendem dinamicamente.

O movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo através da leitura que dela fazemos. Podemos dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura de mundo, mas por uma certa forma de „escrevê-lo ou de „reescrevê-lo , quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente (FREIRE, 1984, p. 18).

É fundamental que o falante compreenda o que está à sua volta e que saiba seus significados, para que então possa se situar, interagir e perceber melhor o ambiente que o cerca. Mas o conhecimento a ele transmitido não deve ser pronto e acabado, pois o professor deve instigar, levando a classe na constante procura dos sentidos, na sua investigação; o educador concede aos alunos o suporte, o estímulo e o incentivo e estes, por sua vez, constroem seu conhecimento apoiados na base fornecida pelo professor.

Contudo a escola espera do aprendiz não um desenvolvimento gradativo, mas um comportamento letrado desde o início de seu processo de letramento. Por exemplo, a escola espera que a criança seja capaz de logo ler materiais como história, ciências e geografia no gênero dissertativo; na aprendizagem da gramática a escola espera do aluno a capacidade de identificação das várias classes de palavras simultaneamente a partir de suas definições.

A história nos mostra que o conhecimento que hoje temos da escrita e da gramática desenvolveu-se ao longo dos séculos; logo seria mais do que sensato darmos ao aluno o tempo de que ele necessita para apropriar-se dos conceitos e concepções do adulto letrado. Soletrando, segundo o termo empregado na citação de Soares, seria a forma gradativa de ensino seguida passo a passo, cumprindo-se etapas.

A criança deve possuir um certo grau de amadurecimento, e o professor tem que respeitar e propor atividades que condizem com seu desenvolvimento e sua maturidade, mas, ao mesmo tempo, estimulando sua capacidade letrada. Essa proposta de ensino é desafiante e moderna, pois torna possível a descoberta e a utilização da leitura e da escrita como instrumentos de reflexão sobre o próprio pensamento e como recurso para organizar e reorganizar o pensamento.

A segunda acepção propõe a aprendizagem

da língua materna através de uma perspectiva tradicional e elitizada. A escola apesar de relativas mudanças ocupa ainda uma posição dogmática. Um dos motivos para que esta presença permaneça forte é a própria forma como se tem lidado com o conhecimento no processo ensino/aprendizagem, visto e praticado mais como transmissão de informação do que como construção dos objetos que se quer conhecer.

A ênfase é dada às situações em sala de aula, em que os alunos são "instruídos" e "ensinados" pelo professor considerando a aprendizagem do aluno como um fim em si mesmo: os conteúdos e as informações têm de ser adquiridos e os modelos imitados. A aquisição de informações e demonstrações difundidas é a que propicia a formação de reações estereotipadas e de automatismos denominados hábitos, geralmente isolados dos outros e aplicáveis, quase sempre, somente às situações idênticas em que foram adquiridos. O aluno que contraiu o hábito ou quase "aprendeu" apresenta com frequência compreensão apenas parcial.

O papel do professor está intimamente ligado à transmissão de certo conteúdo que é predefinido e pede-se ao aluno a repetição automática dos dados ou exploração racional dos mesmos. Com esta metodologia, o aprendiz não é levado a buscar e a investigar o que lhe foi proposto, ele simplesmente concebe o conhecimento sem questionamento, o indivíduo nada mais é do que um ser passivo, um receptáculo de conhecimentos escolhidos e elaborados por outros para que deles se apropriem.

Nesta prática são reprimidos os elementos da vida emocional ou afetiva por se julgarem impeditivos de uma boa e útil direção do trabalho de ensino e se baseia mais frequentemente na aula expositiva e nas demonstrações do professor à classe, tomada, quase sempre, como auditório. Não existe nessa relação ensino/aprendizagem o despertar do aluno para suas habilidades e competências, ele apenas toma posse, contrai o que lhe foi ensinado, mas dificilmente o põe em prática, não interage e não o relaciona com seu meio.

Este modelo de ensino, ao que tudo indica, tem se mostrado ultrapassado, uma vez que o conhecimento de um indivíduo é infinitamente mais amplo do que tarefas quase sempre padronizadas e rotineiras, o saber de forma acabada. Além do que, não explora as capacidades e o potencial do aluno, sua criatividade e expressividade, deixando-o apático diante do mundo.

A isso se acrescenta outro grave problema na nossa formação educacional: a falta de uma contextualização de cunho político, que pudesse motivar as pessoas a se transformarem em efetivos agentes de mudanças sociais, a descobrirem que o conhecimento é nossa grande ferramenta para dar sentido à nossa própria existência. Tal situação leva a um grande desapreço pelo livro, pelas bibliotecas e ao desinteresse pela leitura e pela escrita.

O LETRAMENTO ESCOLAR

Um dos objetivos principais da escola é possibilitar que os alunos participem das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita na vida, de maneira ética, crítica e democrática. Partindo do ponto de vista de Soares (2010 p. 58), o nível de letramento está fundamentalmente ligado com as condições sociais, culturais e econômicas da população e, é necessário que antes de pensarmos em letramento, especificamente o escolar, temos que criar "condições para o letramento", onde haja escolarização real e efetiva da população, com disponibilidade de material de leitura, visto que, se alfabetizam crianças e adultos, mas não lhes são dadas as condições para ler e escrever, não há material impresso posto à disposição num preço acessível, e nem bibliotecas num número essencial à população brasileira.

A relação entre letramento e escolarização, de acordo com a autora, é estreita, controla mais do que expande o conceito de letramento, selecionando e dividindo em partes o que deve ser aprendido, planejando em períodos, bimestres, séries etc. Desse modo, as escolas fragmentam e reduzem as habilidades e práticas de leitura e escrita, gerando um conceito limitado e, em geral insuficiente para responder as exigências das práticas de leitura e escrita fora da escola.

O letramento não está restrito ao sistema escolar, na visão de Kleiman (1995), mas cabe

a ele fundamentalmente, levar seus alunos a um processo ainda mais profundo nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Saber ler e escrever várias palavras, não é o bastante para capacitar os indivíduos, surge então, a necessidade de se letrar os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, e o educador deve estar capacitado e atualizado para responder às mudanças da sociedade, que se reflete em todos os setores, principalmente no setor educacional. Sabemos que, alguns profissionais da educação se colocam em uma posição inatingível, cheios de suas certezas, e isso é um equívoco, pois o conhecimento nunca se completa, ou se finda, e o letramento é um exemplo disso.

Kleiman (1995), ainda destaca alguns passos fundamentais para o desempenho do papel do "professor letrador": investigar as práticas sociais que fazem parte do cotidiano do aluno, adequando-as à sala de aula e aos conteúdos a serem trabalhados; planejar ações visando ensinar para que serve a linguagem escrita, e como o aluno poderá utilizá-la em diferentes contextos; desenvolver no aluno, através da leitura a interpretação e produção de diferentes gêneros textuais, habilidades de leitura e escrita que funcionem dentro da sociedade; incentivar o aluno a praticar socialmente a leitura e a escrita, de forma criativa, descobridora, crítica, autônoma e ativa, já que a linguagem é interação e, como tal, requer a participação transformadora dos sujeitos sociais que a utilizam; recognição por parte do professor, implicando assim o conhecimento daquilo que o educando já possui de conhecimento empírico, e respeitar, acima de tudo, esse conhecimento; não ser julgativo, mas desenvolver uma metodologia avaliativa com certa sensibilidade, atendo-se para a pluralidade de vozes, a variedade de discursos e linguagem diferente; avaliar de forma individual, levando em consideração as peculiaridades de cada indivíduo; trabalhar a percepção de seu próprio valor e promover a autoestima e a alegria de conviver e cooperar; ativar mais seu intelecto, no ambiente de aprendizagem, ser professor-aprendiz, tanto quanto seus educandos; e reconhecer a importância do letramento, e abandonar os métodos de aprendizado repetitivo, baseados na descontextualização.

O professor como agente do letramento, deve por meio de sua liderança, articular novas ações, mobilizando o aluno para fazer aquilo que não é imediatamente aplicável ou funcional, mas que é socialmente relevante aquilo que vale a pena realmente ser aprendido, geralmente quando é dada ao aluno a oportunidade de mobilizar seus saberes e de ser ouvido, ele acaba superando não só as suas próprias expectativas, mas as do professor também. Destacamos aqui, que embora a escola muitas vezes, ainda minimize certas práticas de letramento, ela é um veículo de fundamental importância para a propagação do letramento, tendo como um de seus objetivos principais, possibilitar que, seus alunos participem das várias práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita como agente condutor para uma vida ética, crítica e democrática.

2.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A leitura e a escrita vão além das capacidades do saber ler e escrever, é preciso usar essas práticas no mundo globalizado e em constante mudança. Foi-se o tempo em que alfabetizado era o adjetivo dado a pessoa que sabia ler e escrever o seu próprio nome. Essa definição simplista ficou no passado, dando origem a novas teorias sobre a alfabetização.

A definição de letramento inicia-se em meados de 1980, no Brasil, indo além das fronteiras de medir as capacidades de leitura e escrita. Segundo Magda Soares, o letramento no Brasil surge em função das dificuldades e problemas encontrados no processo de aquisição da alfabetização, em função dos métodos utilizados. Sendo por isso, os dois termos se fundem e apesar das diferenças entre estes, o letramento se sobrepõe a alfabetização. Diante da teoria construtivista, a alfabetização acontece de forma natural, não é mais necessário estar pronto para aprender.

A aprendizagem ocorre com a interação do sujeito e a escrita. Não são mais necessários materiais específicos de alfabetização e sim materiais de leitura e escrita de uso comum a todos, onde a criança possa interagir com a

escrita e a leitura. As dificuldades de aprendizagem são vistas como processos normais de tentativas para a aquisição do sistema da escrita e leitura.
Não existe mais o erro, e sim um processo que é superado de forma progressiva, à medida que a criança passa a entender o sistema alfabético. Segundo Emilia Ferreiro, 2010:

Essa criança se coloca problemas, constrói sistemas interpretativos, pensa, raciocina e inventa, buscando compreender esse objeto social particularmente complexo que é a escrita, tal como ela existe na sociedade. (FERREIRO, 2010, p. 11)

Magda Soares, explica que a alfabetização ocorre através de práticas de letramento, incidindo ao mesmo tempo e consequentemente. O letramento também é adquirido através das habilidades de leitura e escrita, como formas culturais e de uso social. Ou seja, uma depende da outra, são indissociáveis.
A alfabetização tradicionalmente apresenta o conceito de aprendizagem grafo fônica, ou seja, a aquisição de habilidades de leitura e escrita através dos métodos analíticos e sintéticos. Essa concepção contraria a posição de Emilia Ferreiro sobre os conceitos de alfabetização e letramento. Segundo ela, os dois termos juntos não existem, pois a alfabetização já compreende o letramento e vice-versa.
A alfabetização apresenta um conceito mais tradicional de aprender a ler e a escrever, significa aprender a decodificar, associar grafemas e fonemas, enfim adquirir uma técnica, já o letramento, é a aquisição e o uso de habilidades de leitura e escrita no meio social. Saber fazer uso dessas práticas para ingressar no mundo letrado. Segundo Emília Ferreiro, 2010:

Se pensarmos que a criança aprende só quando é submetida a um ensino sistemático, e que a sua ignorância está garantida até que receba tal tipo de ensino, nada poderemos enxergar. Mas se pensarmos que as crianças são seres que ignoram que devem pedir permissão para começar a aprender, talvez comecemos a aceitar que podem saber, embora não tenha sido dada a elas a autorização institucional para tanto. Saber algo a respeito de certo objeto não quer dizer, necessariamente, saber algo socialmente aceito como "conhecimento". "Saber" quer dizer ter construído alguma concepção que explica certo conjunto de fenômenos ou de objetos da realidade. (FERREIRO, 2010, p.20)

A evolução da escrita no processo de aprendizagem e aquisição do sistema alfabético, segundo pesquisas de Emilia Ferreiro, chamada de Evolução Psicogenética, apresenta distintas fases: As primeiras escritas infantis, consideradas de forma tradicional, são rabiscos, linhas, bolinhas, mas carregadas de significados, do ponto de vista construtivista.
Nos aspectos gráficos, podem ser apenas traços mal definidos, mas seguem uma linha de evolução regular. É nesse primeiro período, que a criança consegue perceber a diferença entre desenhar e escrever, dando um importante passo para as etapas seguintes da compreensão da escrita. "As crianças não empregam seus esforços para inventar letras novas: recebem a forma das letras da sociedade e as adotam tal e qual." (FERREIRO, 2010, p. 23)
Em um segundo momento, a criança busca encontrar soluções para a diferenciação entre os tipos e significados da escrita. Em alguns momentos se apoia no uso de diferentes letras para diferentes palavras, em outros momentos se apoia na quantidade de letras para palavras diferentes. (no mínimo três letras para uma palavra ter significado ou poder ser lida). Esse período exige da criança grande atividade cognitiva. "Nestes dois primeiros períodos, o escrito não está regulado por diferenças ou semelhanças entre os significantes sonoros." (FERREIRO, 2010, p. 27)
O período silábico inicia-se quando a criança "começa por descobrir que as partes da escrita (suas letras) podem corresponder a outras tantas partes das palavras escrita (suas sílabas)" (FERREIRO, 2010, p.27). A criança começa a fazer relações entre o tamanho da palavra e a quantidade de letras usadas para

escrever a palavras, associando ao seu valor sonoro, ou seja, a quantidade de sílabas que a palavras possui. Sendo que um monossílabo, não pode ser lido. A criança vai evoluindo dentro deste nível de alfabetização, até alcançar a capacidade de relacionar o som (fonema) à letra (grafema), sendo assim capaz de usar uma letra para cada sílaba da palavra, não repetindo letras.

O conflito, na aprendizagem é o que desestrutura a hipótese já confirmada, sendo que é preciso buscar novas formas de compreender o processo alfabético, para que ocorra a equilibração novamente. O processo alfabético anterior dá origem há um novo nível de alfabetização: silábico-alfabético. Nesse período a criança percebe que sua hipótese anterior não é mais convincente, então a abandona e dá início a novas construções esquemáticas, procurando a equilibração.

O período silábico-alfabético e o que está mais próximo da compreensão do sistema alfabético, ou seja, da escrita. É nele que a criança percebe que as sílabas não são formadas por quantidades de letras, mas sim por letras que fazem coerência entre grafia e som, dando mais importância a qualidade da escrita e menos a quantidade de letras usada para formar a palavra.

Enfim, a criança torna-se alfabética, escrevendo as palavras com as sílabas adequadas, percebendo que para formar uma sílaba não tem regra de número de letras, pode ser preciso uma, duas ou mais letras. Mas ainda encontra dificuldades em relacionar certas sílabas à gráfica correta, o que vai aprimorando até chegar à fase ortográfica.

CONCLUSÃO

No mundo fora da escola e da sala de aula, existem infinitas formas de comunicação. Ninguém pode impedir de a criança ter contato com essas formas de comunicação, sejam elas, escritas, faladas, expressadas através de gestos ou apenas ouvidas e vistas. A escola é um elo entre o mundo e a criança, precisa acreditar que o educando não chega à sala de aula como uma "tábua rasa". Ele traz uma herança cultural, da sociedade e do grupo familiar. Os professores necessitam valorizar essas experiências.

O ambiente urbano, também e rico em informações e conhecimentos e diferentemente da escola, está contextualizado trazendo mais sentindo para o aluno em suas descobertas. Com o que foi escrito até aqui, crê-se ser possível concluir que a alfabetização é um processo de ensino aprendizagem, que tem como objetivo levar à pessoa a aprendizagem inicial da leitura e escrita. Sendo assim, a pessoa alfabetizada é aquela que aprendeu habilidades básicas para fazer uso da leitura e da escrita.

Verificamos por meio desta pesquisa bibliográfica que, a grande maioria dos autores acredita que letramento não é um método, e sim uma prática, inserida nas ações cotidianas da sociedade, havendo, portanto, a necessidade de uma mudança nas propostas pedagógicas onde se possa alfabetizar/letrando, pois o processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita na escola, não pode ser visto como um mundo à parte e não ter a finalidade de preparar o sujeito para a realidade na qual se insere.

É importante destacar ainda, que, alguns autores consideram que o letramento inicia-se muito antes da alfabetização, ou seja, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com as práticas sociais que fazem uso da leitura e da escrita, provando que não existe um nível zero de letramento, já que uma pessoa pode não ser alfabetizada, e ser letrada, trazendo consigo uma bagagem social de conhecimentos.

Foi possível observar também que para tornar os alunos alfabetizados existem vários métodos que podem ser classificados como sintéticos e analíticos ou globais. Os métodos sintéticos são aqueles em que o professor começa a ensinar do menor para maior, ou seja: das letras para os textos e orações. Já nos métodos analíticos ou globais o professor começa a ensinar pelo caminho inverso, do maior para o menor, ou seja, dos textos ou orações para as letras.

E preciso muitas mudanças educacionais para que a educação alcance a excelência e importância dentro de nossa sociedade. Sabemos que muito já foi construído, mas não podemos ficar no passado, temos que continuar a caminhada, que é longa e árdua. A educação tem pressa, precisa de medidas urgentes, os professores querem resultados

do seu trabalho, a sociedade exige cidadãos capazes de agir e profissionais qualificados.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emília. Reflexões Sobre a Alfabetização. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: http://pensador.uol.com.br/poesias_de_olavo_bilac_sobre_educacao_escolar_de_olavo_bilac/ Revista Escola, janeiro/fevereiro de 2011, número 239. Acesso em: 14 ago. 2024.

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

KLEIMAN, Ângela B. Formação do professor: Retrospectivas e perspectivas na pesquisa. In: KLEIMAN, Ângela B. (org.). A formação do professor. Perspectivas da linguística aplicada. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

SOARES, Magda. A escolarização da leitura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, A. A. M. BRANDÃO, H. M. B. MACHADO, M. Z. V. (org) A escolarização da leitura literária: O jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2. Ed. 2001.

_____. Letramento: Um tema em três gêneros. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado? 2004. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). Práticas de Leitura e Escrita. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

WEISZ, Telma. O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000.